



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA DA 2ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**06/06/2018
QUARTA-FEIRA
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Deputado Sergio Souza
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro**



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

**2ª REUNIÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE EM 06/06/2018.**

2ª REUNIÃO

Quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Apreciação do Plano de Trabalho	7

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro

(24 titulares e 24 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		MDB	
Garibaldi Alves Filho	RN (61) 3303-2371 a 2377	1 José Maranhão	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493
Fernando Bezerra Coelho(12)	PE (61) 3303-2182	2 João Alberto Souza	MA (061) 3303-6352 / 6349
VAGO(17)		3 Raimundo Lira(PSD)	PB (61) 3303.6747
		Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	1 Tasso Jereissati(PSDB)	CE (61) 3303-4502/4503
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	2 Maria do Carmo Alves(DEM)	SE (61) 3303-1306/4055
		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana(PT)(2)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Humberto Costa(PT)(2)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Regina Sousa(PT)(2)	PI (61) 3303-9049 e 9050	2 Paulo Rocha(PT)(2)	PA (61) 3303-3800
		Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
Otto Alencar(PSD)(7)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 VAGO(7)	
Sérgio Petecão(PSD)(7)	AC (61) 3303-6706 a 6713	2 VAGO	
		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(14)	AM (61) 3303-6726	1 Randolfe Rodrigues(REDE)(14)	AP (61) 3303-6568
Alvaro Dias(PODE)(14)	PR (61) 3303-4059/4060	2 Romário(PODE)(14)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519
		Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)	
Fernando Collor(PTC)(13)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Magno Malta(PR)(13)	ES (61) 3303-4161/5867
		MDB	
Daniel Vilela(6)	GO 3215-5471	1 Hildo Rocha(6)(18)	MA 3215-5734
Sergio Souza(6)	PR 3215-5702	2 Valdir Colatto(6)	SC 3215-5516
		Bloco Parlamentar PP, AVANTE	
Simão Sessim(PP)(15)	RJ 3215-5709	1 Roberto Balestra(PP)(15)	GO 3215-5219
		PSDB	
Otavio Leite(9)	RJ 3215-5225	1 Jutahy Junior	BA 3215-5407
		PROS, PTB	
Eros Biondini(PROS)(8)	MG 3215-5321	1 Arnaldo Faria de Sá(PP)	SP 3215-5929
		PR	
José Rocha	BA 3215-5908	1 Paulo Feijó	RJ 3215-5336
		PT	
Leonardo Monteiro(3)(16)	MG 3215-5922	1 Nilto Tatto(3)(10)(16)	SP 3215-5267
		PSD	
Thiago Peixoto(11)	GO 3215-5941	1 Victor Mendes(MDB)(11)	MA 3215-5580
		PSB	
Luiz Lauro Filho(5)	SP 3215-5418	1 Janete Capiberibe(5)	AP 3215-5209
		DEM	
Jorge Tadeu Mudalen	SP 3215-5538	1 Carlos Melles	MG 3215-5243
		PRB	
Carlos Gomes(4)	RS 3215-5285	1 Roberto Sales(DEM)(4)	RJ 3215-5332
		SD	
Augusto Carvalho(15)	DF 3215-5215	1 Carlos Manato(PSL)(15)	ES 3215-5313

(1) * Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional

(2) Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana e Regina Sousa, e, como membros suplentes, os Senadores Humberto Costa e Paulo Rocha, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 17, de 2017).

(3) Designado, como membro titular, o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, e, como membro suplente, o Deputado Leo de Brito, em substituição ao Deputado Luiz Sérgio, em 8-3-2017, conforme Ofício nº 107, de 2017, da Liderança do PT.

(4) Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Beto Mansur, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Sales, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 48, de 2017, da Liderança do PRB.

(5) Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Lauro Filho, em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota, e, como membro suplente, a Deputada Janete Capiberibe, em substituição ao Deputado Átila Lira, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 31, de 2017, da Liderança do PSB.

(6) Designados, como membros titulares, os Deputados Daniel Vilela e Sergio Souza em substituição, respectivamente, aos Deputados Valdir Colatto e Mauro Lopes, e, como membros suplentes, os Deputados Josi Nunes e Valdir Colatto, em substituição, respectivamente, aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Bez, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 132, de 2017, da Liderança do PMDB.

- (7) Designados, como membros titulares, os Senadores Otto Alencar e Sérgio Petecão em substituição, respectivamente, aos Senadores Lasier Martins e Benedito de Lira, e retirada a indicação da Senadora Ana Amélia como suplente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
- (8) Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Paes Landim, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 20, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP.
- (9) Designado, como membro titular, o Deputado Otavio Leite, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 169, de 2017, da Liderança do PSDB.
- (10) Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Leo de Brito, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 161, de 2017, da Liderança do PT.
- (11) Designado, como membro titular, o Deputado Thiago Peixoto, em substituição ao Deputado Reinhold Stephanes, e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em substituição ao Deputado Átila Lins, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 134, de 2017, da Liderança do PSD.
- (12) Designado, como membro titular, o Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Romero Jucá, em 3-10-2017, conforme Ofício nº 196, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (13) Designados, como membro titular, o Senador Fernando Collor, e, como suplente, o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 14, de 2018, da Liderança do Bloco Moderador (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN).
- (14) Designados, como membros titulares, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Álvaro Dias; e, como suplentes, os Senadores Randolfe Rodrigues e Romário, conforme Memorando nº 23, de 2018, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN).
- (15) Vagas alteradas, com base no disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN.
- (16) Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Nilto Tatto, que passa à condição de suplente, em 17-4-2018, conforme Ofício nº 196, de 2018, da Liderança do PT.
- (17) Solicitada a retirada da designação do Senador Renan Calheiros, como membro titular, em 24.4.2018, conforme Ofício nº 52 de 2018, da Liderança do PMDB.
- (18) Designado, como membro suplente, o Deputado Hildo Rocha, em substituição à Deputada Josi Nunes, em 16/05/2018, conforme Ofício nº 287/2018, da Liderança do PMDB.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): TIAGO TORRES DE LIMA BRUM

TELEFONE-SECRETARIA: (61) 3303-3534

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cocm@senado.gov.brWWW.SENADO.GOV.BR/ATIVIDADE/COMISSOES/COMISSAO.ASP?ORIGEM=CN&COM=1450



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 6 de junho de 2018
(quarta-feira)
às 14h30

PAUTA
2ª Reunião

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS - CMMC

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Houve alteração de Plenário. A Reunião ocorrerá no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa. (05/06/2018 10:11)
2. Inclusão do Plano de Trabalho (RMC nº 1/2018) (05/06/2018 18:00)

Deliberativa

Finalidade:

Apreciação do Plano de Trabalho

Anexos da Pauta
[Plano de Trabalho 2018](#)

1



SENADO FEDERAL

RMC Nº 1/2018

PLANO DE TRABALHO

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) foi criada por meio da Resolução nº 4, do Congresso Nacional, de 30 de dezembro de 2008, e tem como principal competência acompanhar a implementação das políticas públicas sobre mudança do clima, com base nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil.

Fui Presidente da Comissão em 2017 e neste ano fui eleito seu Relator, sob a Presidência do Deputado Sérgio Souza e a Vice-Presidência do Senador Flexa Ribeiro. Assim, daremos continuidade aos debates e atividades com a participação dos setores diretamente envolvidos com esse que é o tema mais relevante e urgente da agenda global. Nesse momento é fundamental começarmos os trabalhos buscando colaborar com a Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC, compromissos e contribuições do governo brasileiro assumidos no Acordo de Paris.

Nas primeiras reuniões de instalação, construí, juntamente com o Deputado Sérgio Souza, um esboço do que seria este Plano de Trabalho. O papel desta Comissão é crucial. Entre 2015 e 2016, observamos que as emissões de gases de efeito estufa brasileiras subiram quase 9%, chegando ao nível mais alto desde 2008, em especial devido ao aumento no desmatamento. Segundo a última estimativa divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 2015 a participação das emissões líquidas por setores da economia assim se dividiram:

- 1) energia, 33% das emissões;
- 2) agropecuária, 31%;
- 3) mudança de uso da terra e florestas (desmatamento), 24%;
- 4) processos industriais, 7%; e
- 5) tratamento de resíduos, 5%.

O Brasil está entre os 10 maiores emissores mundiais, na sétima posição, com aproximadamente 3,43% das emissões globais, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Os maiores emissores são a China (28% das emissões); os Estados Unidos; e a União Europeia (10%). Esses dados atestam a importância dos trabalhos desta Comissão para implementar a contribuição brasileira na reversão dos efeitos da mudança do clima, sobretudo para garantir a diminuição do desmatamento, viabilizar a agricultura de baixo carbono e trazer resiliência aos centros urbanos diante dos efeitos da alteração do clima.

No Brasil, esses efeitos já são uma realidade. As crises hídricas que têm ocorrido em diversas regiões e o aumento na intensidade de eventos extremos como inundações e deslizamentos associam-se à mudança do clima. Como cenários previstos, a gradual conversão de florestas tropicais densas, como as encontradas na Amazônia, em ambientes vegetais mais áridos, devido à diminuição de chuvas e ao aumento de queimadas. Ainda, a alteração do padrão de precipitação nas principais regiões agrícolas no Centro-Oeste e Sudeste, com graves impactos para a economia nacional e a elevação do nível dos mares, com imensos prejuízos às cidades costeiras. Portanto, entendo como é urgente a adoção de ações para reverter esse quadro e para tornar mais resilientes – ou seja, mais adaptados – os ambientes urbanos e rurais aos efeitos da mudança do clima.

Defendo que devem ser priorizadas medidas para aumentar a resiliência, ou seja, medidas para adaptação, pois os efeitos da mudança do clima já são sentidos em todo o mundo. Então, não basta apenas tentar reduzir as emissões, é preciso investir em ações de adaptação, sobretudo para os sistemas agrícolas, dada sua importância para a economia nacional. Mas obviamente precisamos priorizar também os centros urbanos, por exemplo para prevenir desastres naturais como enchentes e deslizamentos.

Integrei em 2015, durante a COP-21, na França, a delegação da CMMC. Nessa conferência histórica, foi firmado o Acordo de Paris, cujo principal objetivo é promover a governança global ambiental para limitar o aquecimento do planeta. O Acordo de Paris substituirá o Protocolo de Quioto, a partir de 2020, e suas regras incluem todos os países signatários em um esforço conjunto para ações de mitigação e de adaptação. Seu principal objetivo de longo prazo é manter "muito abaixo de 2° C" o aquecimento do Planeta, evitando efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar.

Acompanhei, juntamente com os membros da CMMC, a formulação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) do Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, e agora nosso papel é cobrar o cumprimento das metas assumidas e, como parlamentares, contribuir para que isso aconteça. Para que a temperatura do Planeta não suba mais 2° C, será necessário uma ambição cada vez maior do Brasil e dos demais países que assinaram esse Acordo. O próprio texto do acordo de Paris prevê que se a temperatura global aumentar mais de 2° C, haverá graves riscos para a humanidade, com efeitos irreversíveis.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, recentemente afirmou que a mudança climática continua sendo a maior ameaça à raça humana, citando dados alarmantes: (i) os prejuízos com desastres do clima baterem o recorde de US\$ 320 bilhões em 2017; (ii) as emissões de dióxido de carbono do setor energético subiram para 32,5 gigatoneladas e (iii) a temporada de furacões no Caribe que acabou, em instantes, com décadas de desenvolvimento.

Tal como acompanhei na COP-22, realizada no Marrocos, e na COP-23, na Alemanha, o foco das atividades da Comissão em 2018 será trabalhar para a implementação das regras do Acordo de Paris, de modo a evitarmos esse aquecimento.

Observo que a obrigação assumida pelo Brasil é de reduzir em 43% as emissões de GEE até o ano de 2030 e, de forma escalonada, em 37% até 2025, tomando como base nas emissões do ano de 2005. Dentre as metas setoriais da NDC, destacam-se medidas para contenção do desmatamento. No setor de uso do solo e florestas, a meta é zerar o desmatamento ilegal até 2030 e restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

Destacam-se as metas para o setor agrícola, com base no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), incluindo recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e aumentar em 5 milhões de hectares a área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a contribuição do Brasil objetiva alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, com a expansão do uso de fontes renováveis, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar, bem como o aumento da eficiência no setor elétrico até 2030. Destaca-se ainda o incremento da participação de

bioenergia sustentável para aproximadamente 18% da matriz energética brasileira até 2030, por meio da expansão no uso de biocombustíveis.

Trabalharei, como Relator da CMMC, para viabilizar a implementação das obrigações do Brasil no Acordo de Paris, pois entendo que esse é o principal objetivo deste Colegiado. O Plano de Trabalho para 2018, que ora submeto aos demais membros da Comissão, prevê a realização das seguintes ações:

I - Audiências públicas:

1) Proposta de implementação da contribuição brasileira: o papel fundamental do Congresso Nacional

Convidados:

- Alfredo Sirkis, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Observatório do Clima.

2) Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC): desafios e perspectivas de implementação

Convidados:

- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante do Observatório ABC;
- Representante do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES);

- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

3) Candidatura do Brasil para sediar a COP-25, em 2019

Convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente;
- Alfredo Sirkis, Coordenador-Executivo do FBMC.

4) Combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado: situação atual e propostas para o atingimento da NDC

Convidados:

- Suely Guimarães de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro;
- Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Representante do WWF Brasil.

5) Expansão de energias renováveis não hidráulicas e a contribuição brasileira: principais desafios e virtudes

Convidados:

- Representante do Ministério das Minas e Energia;
- Representante da Embrapa Agroenergia;
- Representante do Greenpeace Brasil;

- Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica);
- Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).

6) Financiamento para uma economia de baixo carbono Convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda;
- Alfredo Sirkis, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
- Representante do Instituto Escolhas;
- Eduardo Viola, Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB);
- Representante do Banco Mundial.

7) Segurança hídrica e mudança do clima: principais desafios e soluções

Convidados:

- Representante da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Representante da SOS Mata Atlântica;
- Representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH);
- Representante da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE);
- Representante do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília;

8) O papel das áreas protegidas na política climática

Convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Instituto Chico Mendes;
- Representante do Instituto Socioambiental (ISA);
- Representante da Fundação Boticário.

9) Cidades e mudança do clima: resiliência, adaptação e mobilidade

Convidados:

- Tasso Azevedo, Observatório do Clima;
- Ricardo Corrêa, Diretor da TC Urbes;
- Representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil;
- Representante do Instituto Ethos.

10) Primeira audiência pública preparatória para a COP-24: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris

Convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Observatório do Clima;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente.

11) Segunda audiência pública preparatória para a COP-24: o papel do Brasil e a realização do evento parlamentar na Conferência

Convidados:

- Embaixador de Fiji no Brasil;
- Embaixador da Alemanha no Brasil;

- Embaixador da Polônia no Brasil;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores.

II - Participação dos membros da CMMC na COP-24

Assim como em edições anteriores da COP, uma delegação de Deputados Federais e Senadores membros da CMMC participará da COP-24, a realizar-se de 3 a 14 de dezembro de 2018 na cidade de Katowice, Polônia.

Dentre as atividades da delegação, será realizado um evento parlamentar, à semelhança do que ocorreu na COP-23, em Bonn, Alemanha, com o objetivo de fortalecer uma aliança suprapartidária para viabilizar a implementação das obrigações brasileiras no Acordo de Paris e para impulsionar uma pauta positiva em políticas climáticas envolvendo o Congresso Nacional.

O Parlamento tem um papel crucial na concretização das políticas públicas em mudança do clima e a atuação dos membros da CMMC, como parte da delegação brasileira na COP-24, é uma das principais atividades deste Colegiado.

Sala da Comissão,

Deputado SÉRGIO SOUZA, Presidente

Senador JORGE VIANA, Relator